

Processado por calúnia um conselheiro do Cauma

Ivaldo Cavalcante

O membro conselheiro do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma), Pedro Costa, foi intimado a prestar depoimento amanhã, na 1ª DP, respondendo à ação de difamação, injúria e calúnia movida contra ele pelos irmãos José e Edmundo Baracat. "É muito fácil enxovalhar o nome e a honra alheia na imprensa, o papel aceita tudo. Agora, o Sr. Pedro Costa terá que responder sobre as acusações que nos fez perante a Justiça", afirmou Edmundo Baracat.

Segundo Baracat, Pedro Costa fez acusações graves de que o Shopping Center Baracat teve seus alvarás de construção liberados, apesar de haver várias "irregularidades", com a conivência de funcionários do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Viação e Obras e da Divisão de Aprovação de Projetos. Na última reunião ordinária do Cauma, Pedro Costa foi o relator do processo que apurava essas mesmas "irregularidades" e, na ocasião, fez constar em seu voto-parecer as acusações de "prevaricação e fraude", embora não tenha citado nenhum nome nem apresentado qualquer prova.

História

O secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, em entrevista ao Jornal do Brasil, disse que a obra do Shopping Center Baracat representava a "impunidade de governos anteriores". Para Edmundo e José Baracat, a história do Shopping tem uma outra versão. De acordo com eles, o lote onde se encontra a obra foi comprado em 1972, numa licitação pública da Novacap em que concorriam outros 27 pretendentes. Em seguida, segundo eles, Venâncio da Silva e a "Bi Ba Bô", compraram terrenos vizinhos sem licitação.

Na época, o Edital previa a construção de apenas 48 mil metros quadrados. Mas, o arquiteto conhecido como "Lelé", contratado por Venâncio da Silva para projetar o Venâncio 2000, entrou com uma proposta no então Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), para a mudança do gabarito de construção daquele setor (Setor Comercial Sul B), elevando o limite de área construída de 48 mil metros quadrados para 150 mil metros

quadrados. A proposta do arquiteto "Lelé" foi aprovada.

"O projeto com 48 mil metros quadrados, que já havíamos encaminhado para aprovação na SVO, ficou retido até o julgamento da proposta pelo CAU. Nisso, um ano depois, a Novacap nos executou a retrovenda, que contestamos na Justiça. A questão foi resolvida com um acordo em que tivemos que comprar novamente o mesmo lote, por causa do novo gabarito que nos foi imposto", explicou Edmundo Baracat. Esta mudança do CAU, foi homologada por decreto do governador Elmo Serejo Farias e re-homologada pelo governador Aimé Aicibiades Silveira Lamaison.

De lá para cá, garantem os irmãos Baracat, foi feito o atual projeto e foi acertado, conforme Ata da reunião entre os construtores e a SVO, que após a aprovação do projeto a secretaria emitira o Alvará de Construção. O projeto foi aprovado e o Alvará não foi emitido. "Confesso que errei ao não ir cobrar o alvará, mas também ninguém nunca veio aqui embargar a obra por falta do alvará", alega Edmundo. Segundo ele, tudo o que foi feito na obra foi fiscalizado e aprovado pela SVO. Na última reunião do Cauma, o próprio Carlos Magalhães foi questionado quanto à aprovação e regularização da obra assinada por ele.

Os Baracat afirmaram estar tendo prejuízos consideráveis e que, após o exame do processo pela Procuradoria Geral do GDF, pedirão, na Justiça, o ressarcimento dos prejuízos, pois foram obrigados a suspender o lançamento previsto para o último dia 22 de março. São 300 salas e 5 mil vagas de garagem que estão prontas e acabadas à espera de compradores e do habite-se parcial para serem ocupadas.

Os donos do Shopping, que está sendo todo construído com recursos próprios, sem nenhum financiamento oficial, também disseram que não conseguem entender os argumentos do secretário Carlos Magalhães de que o que foi feito em governos passados não tem validade no atual. Os Baracat se sentem usados como bodes expiatórios de interesses escusos e perguntam se tudo o que foi feito no passado não vale mais nada, e se tudo o que o secretário Carlos Magalhães faz agora não valerá no futuro.



O processo começou depois que Pedro Costa afirmou que o conjunto Baracat, na W-3 Sul, invade área de domínio público